

Pablo Renteria

**PENHOR *e*
AUTONOMIA
PRIVADA**

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2016 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Nilton Masoni
- Fechamento desta edição: 17.08.2016
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R333p

Renteria, Pablo

Penhor e autonomia privada / Pablo Renteria – São Paulo: Atlas, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-00889-0

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

16-35429

CDU: 347.91./95(44)

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO.....	1
1. PENHOR E REALIDADE	7
1.1 O discurso doutrinário dominante sobre o direito real.....	7
1.1.1 Poder imediato sobre a coisa e eficácia <i>erga omnes</i>	7
1.1.2 O sistema do <i>numerus clausus</i>	11
1.1.3 Síntese da doutrina dominante sobre os direitos reais.....	17
1.2 Crítica ao poder imediato como estrutura específica do direito real.....	18
1.2.1 Direitos reais sem poder imediato	18
1.2.2 Direitos pessoais com poder imediato.....	25
1.2.3 Crítica à relação entre sujeito e coisa. A importância da cooperação no âmbito dos direitos reais na coisa alheia	29
1.3 Crítica ao formalismo da teoria personalista. Eficácia <i>erga omnes</i> e <i>neminem laedere</i> . A tutela externa do crédito.....	43
1.4 A teoria da aderência (<i>inerenza</i>) do direito real de Michele Giorgianni	48
1.5 Adesão parcial do direito brasileiro à teoria da aderência....	55
1.5.1 A seqüela e a tutela externa do crédito. A tutela do terceiro adquirente de boa-fé.....	55
1.5.2 Correlação entre a coisa e a situação subjetiva real....	65
1.6 <i>Numerus clausus</i> e autonomia privada.....	68
1.6.1 Superação do <i>numerus clausus</i> ?.....	68
1.6.2 A relevância da distinção entre taxatividade e tipicidade dos direitos reais.....	72

1.6.3	A individuação do bem objeto do direito real.....	75
1.6.4	Direitos reais típicos e contratos atípicos	76
1.6.5	A negação da suposta especificidade interpretativa dos direitos reais	79
1.7	A relevância da categoria do direito real para a disciplina do penhor	82
2.	A FUNÇÃO DE GARANTIA DO CRÉDITO.....	85
2.1	Necessidade de delimitação do conceito de garantia à luz do dado normativo	85
2.2	Garantia e acessório do crédito	93
2.2.1	O conceito de acessório no direito brasileiro.....	93
2.2.2	Acessório civil e garantia do crédito	100
2.2.3	A graduação dos efeitos da acessoriedade das garantias do crédito. Crítica às chamadas garantias autônomas	103
2.3	Garantia e extinção satisfativa do crédito	110
2.3.1	A garantia como meio de realização do crédito inde- pendente da cooperação do devedor	110
2.3.2	Diferenciação entre garantia e modo de pagamento	117
2.4	Garantia e risco de insolvência do devedor.....	120
2.4.1	Garantia e responsabilidade patrimonial do devedor....	120
2.4.2	Liberdade, igualdade e responsabilidade. A origem da insolvabilidade	132
2.4.3	As garantias e as técnicas de proteção diante do risco de insolvabilidade do devedor	140
2.5	A função da garantia do crédito no direito brasileiro	147
3.	PENHOR E AUTONOMIA PRIVADA	157
3.1	A escolha do modo de execução do penhor.....	157
3.1.1	Pacto marciano e pacto comissório.....	158
3.1.2	A validade do pacto marciano inserido no contrato constitutivo de penhor	176
3.2	A individuação do objeto do penhor.....	181
3.2.1	O penhor pecuário rotativo.....	188

3.2.2	O penhor industrial e mercantil sobre universalidades.....	194
3.2.3	O penhor de créditos futuros.....	201
3.3	A pluralidade de penhores sobre o mesmo bem.....	205
3.3.1	Ampla admissão do penhor de segundo grau no direito brasileiro	205
3.3.2	Aspectos fundamentais do regime do penhor de segundo grau.....	211
3.4	Perspectiva funcional e potencialidades do penhor no sistema de garantias contemporâneo.....	215
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
	BIBLIOGRAFIA.....	239